

Transnordestina Logística S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Padre Carapuço, 752 -
6º andar, Sala 601 Boa Viagem,
Recife (PE) Brasil

T +55 81 3314-8886

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
TLSA – Transnordestina Logística S.A.
Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TLSA – Transnordestina Logística S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TLSA – Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

1. Situação econômico-financeira da Companhia (Nota Explicativa nº 1)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia encontra-se ainda em fase pré-operacional, sendo que ao longo dos últimos anos passou por eventos que afetaram os planos para início de suas operações, como também impactaram sua situação econômico-financeira. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido no montante de R\$ 478.788 mil suportado basicamente pelos aportes financeiros de seus debenturistas e/ou partes relacionadas controladoras.

Para que a Companhia possa efetivamente dar início a suas operações, os seguintes temas são essenciais: (i) liberação de recursos por parte de seus acionistas para a conclusão da obra de construção da ferrovia; (ii) continuidade da liberação de recursos de terceiros, incluindo o repasse de recursos públicos que por vezes ficaram temporariamente suspensos por decisão cautelar imposta pelo Tribunal de Contas da União (TCU); (iii) continuidade de um plano político econômico por parte da União Federal para investimentos e desenvolvimento da região. Em 23 de dezembro de 2022, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (até a presente data sendo o último ato societário) celebrado entre a União Federal, por meio da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), e a empresa Transnordestina Logística S.A. (TLSA), com interveniência do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT).

Devido aos fatores mencionados, seus impactos no projeto da Companhia, impactos no início de suas operações e sua situação econômico-financeira, consideramos novamente esse assunto como principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Acompanhamento e avaliação das fases do Contrato de Concessão, bem como de eventuais termos aditivos que tenham sido ou venham a ser emitidos;
- Realização de testes de auditoria sobre as captações de recursos financeiros obtidos através de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), emissão de debêntures, empréstimos e financiamentos e/ou mútuos com partes relacionadas / controladores;
- Confirmação (através de cartas de circularização) dos saldos bancários ativos mantidos com instituições financeiras, bem como para confirmação da totalidade dos saldos passivos existentes;
- Avaliação, com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções econômicas e financeiras, da metodologia de cálculo, premissas e abordagem técnica utilizada no estudo que suportam a realização dos ativos e que, por consequência, justificam a continuidade do projeto de construção da ferrovia;
- Desafio das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, no sentido de verificar se estariam adequadas e alinhadas com a atividade econômica na região;
- Discussões com a Administração acerca das expectativas do plano de negócio, bem como sobre os critérios utilizados para determinação dos fluxos de caixa e desafio de determinadas premissas utilizadas nos cálculos;
- Avaliação da totalidade das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento das informações relevantes.

Com base nos procedimentos efetuados, entendemos que a Administração tem aplicado esforços para equalização da situação econômico-financeira e para início de suas operações e que as divulgações efetuadas pela Administração em suas notas explicativas estão consistentes no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Valor recuperável do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O imobilizado é o ativo mais representativo da Companhia, apresentando, em 31 de dezembro de 2023, um saldo de R\$ 12.071.791 mil, substancialmente alocado na rubrica de "imobilizado em andamento" em decorrência do atual estágio de construção da ferrovia, ou seja, em fase pré-operacional de operações. Desta forma, diante da existência de indicadores que possam afetar sua recuperabilidade, a Administração da Companhia, em atendimento a NBC TG 01(R4)/ IAS36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, realizou testes de recuperabilidade deste ativo.

Os testes efetuados pela Companhia requerem o exercício de julgamentos críticos e subjetivos sobre determinadas premissas que afetarão os fluxos de caixa futuros, tais como: **(i)** estimativa de taxas de crescimento; **(ii)** volume a ser transportado; **(iii)** margem operacional (valor de tarifas e custos); **(iv)** taxas de descontos desses fluxos de caixas; dentre outros.

Desta forma, esse assunto foi considerado novamente na auditoria do exercício corrente, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização destes ativos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação, com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções econômicas e financeiras, da metodologia de cálculo, premissas e abordagem técnica utilizada no estudo que suportam as análises de *impairment* da Companhia elaborado por especialistas externos;
- Avaliação dos indicativos e evidências internas ou externas que pudessem indicar a desvalorização dos ativos;
- Contínuo desafio das premissas utilizadas pela Administração e seus especialistas, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas;
- Desafio das premissas utilizadas pela administração da Companhia, no sentido de verificar se estariam adequadas e alinhadas com a atividade econômica na região;
- Recálculos e "testes de stress" sobre estas bases de estimativas com o objetivo de confirmar a recuperabilidade destes respectivos ativos;
- Discussões com a Administração sobre os critérios utilizados para determinação dos fluxos de caixa e desafio de determinadas premissas utilizadas nos cálculos;
- Avaliação da totalidade das divulgações efetuadas pela administração da Companhia nas demonstrações financeiras quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento das informações relevantes.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos como razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, estando estas informações consistentes no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos alguma que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 13 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-001.408/F-3



Alcides Afonso Louro Neto
Contador CRC 1SP-289.078/O-2



COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

2023



A Transnordestina Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, sediada em Fortaleza-CE, com registro de companhia aberta, classe B, junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia, não possui ações negociadas em bolsa de valores, sendo uma controlada em conjunto pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") e pela Infra S.A. (anteriormente denominada de VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.).

A Companhia encontra-se em fase de implantação, devendo assim permanecer até a conclusão da malha II. O cronograma aprovado, prevê o término da fase 1 do projeto em agosto de 2027 e fase 2 em agosto de 2029.

A TLSA vem empreendendo esforços e investimentos no Projeto Transnordestina, que consiste na construção da malha ferroviária que ligará Eliseu Martins (PI) ao Porto do Pecém (CE), totalizando 1.206 km de malha. A ferrovia está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 1,0% sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,5% sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa a maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo, dada as características do projeto.

O orçamento do projeto, onde estima-se o valor por trecho, está assim composto: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 3,2 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 7,3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 2,9 bilhões – obras realizadas no segmento em devolução e outros (Locomotivas e vagões para implantação da Superestrutura) montante de 0,4 bilhões, totalizando R\$ 14,9 bilhões.

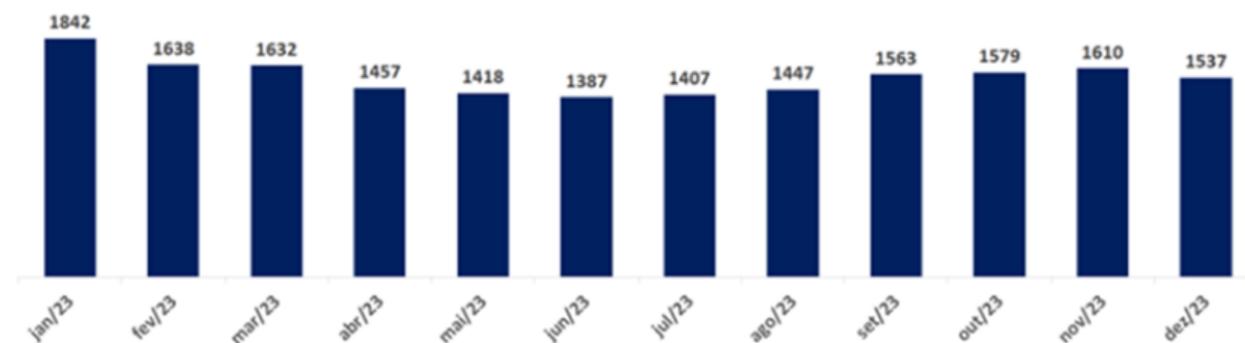
Em 2014 a concessão para prestação de serviços ferroviários da TLSA foi prorrogada por mais 30 anos, podendo encerrar-se até o ano de 2057.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados de 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Atualmente a obra possui 393 equipamentos de grande porte mobilizados, além de um quadro total de 1.537 pessoas alocadas, conforme demonstra a evolução do gráfico abaixo:



INVESTIMENTOS

O montante acumulado de desembolso financeiro diretamente atribuído ao projeto Transnordestina é de R\$ 7,405 bilhões, sendo R\$ 268,6 milhões investidos em 2023.

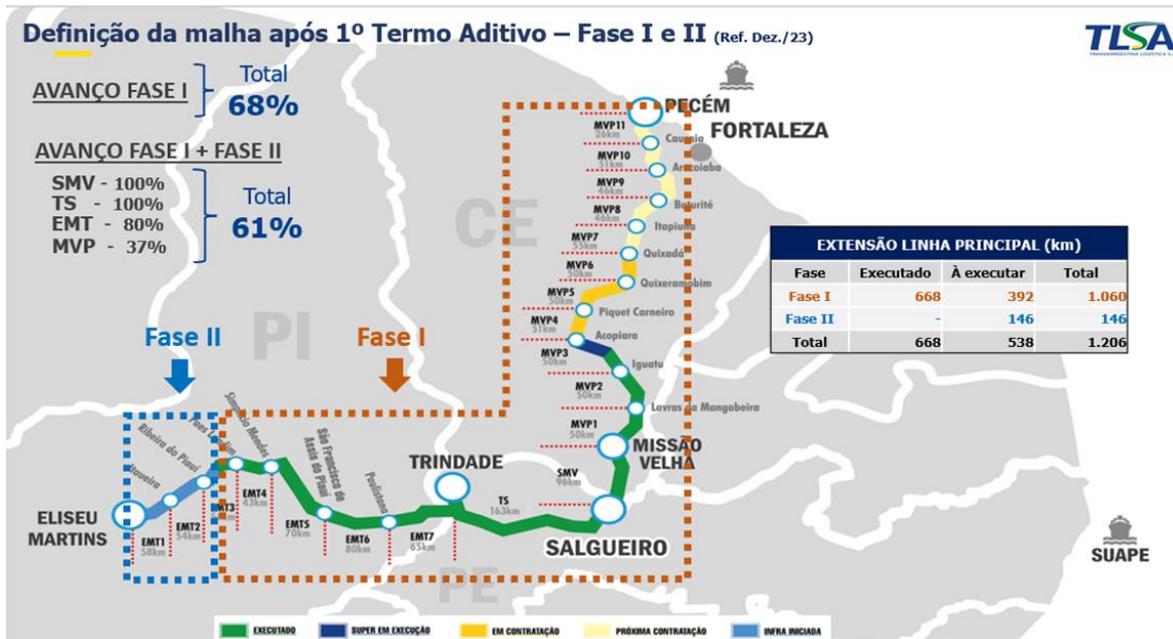
O avanço físico global conta com 668 km de grade ferroviária efetivamente montada.

Para melhor entendimento destacamos o andamento da obra em cada trecho do projeto:

- As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/PE, com extensão de 96 km, foram iniciadas em julho/06. As obras neste trecho encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados.
- As obras do trecho Salgueiro/PE – Trindade/PE, com extensão de 163 km, foram iniciadas em janeiro de 2009. Atualmente as obras de Infraestrutura, OAE e Superestrutura encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados.

- As obras do trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE, com extensão de 420 km, representam um avanço de 87% de infraestrutura, 83% de OAE e 63% de Superestrutura, representando um avanço total de 80%.
- As obras do trecho Missão Velha/CE – Pecém/CE, com extensão de 527 km. O trecho tem 137 km de superestrutura concluída até dezembro 2023, devendo concluir mais 14km até fevereiro de 2024. Em janeiro de 2024 foram contratados mais dois lotes infraestrutura - mais 101km. Esse trecho possui avanços de 39% em Infraestrutura, 48% em OAE (Obras de Artes Especiais) e 25% em Superestrutura, totalizando avanço de 37%.

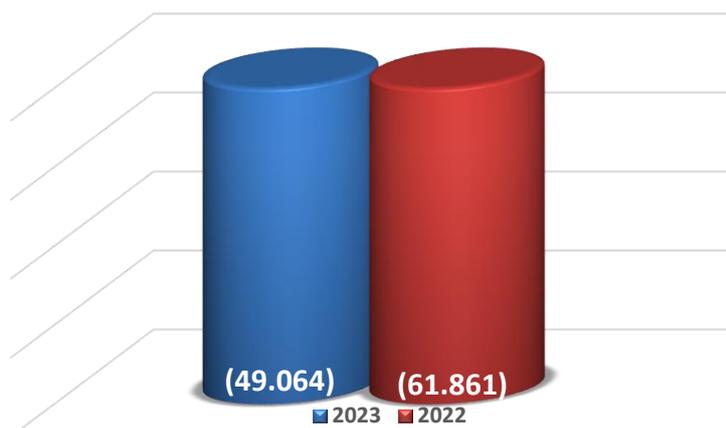
No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Transnordestina, referente a 31 de dezembro de 2023:



DESEMPENHO FINANCEIRO

A empresa encontra-se em fase de implantação, desta forma, grande parte dos desembolsos são levados a Investimento – Imobilizado em Andamento – inclusive aqueles referentes à engenharia e mão de obra própria.

EBITDA Ajustado



Em R\$ mil	2023	2022
Prejuízo do Exercício	(49.064)	(61.861)
(+) Despesas Financeiras Líquidas das receitas financeiras	10.745	21.551
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	10.238	10.238
LAJIDA (EBITDA)	(28.081)	(30.072)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	7.756	12.362
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	(20.325)	(17.710)

*A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 20.325 mil negativos em 2023. No mesmo período de 2022 o EBITDA ajustado foi de R\$ 17.710 mil negativos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

A contratação dos auditores independentes foi aprovada pelo conselho de administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO 2022

(Em milhares de reais - R\$ mil)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	786.007	1.164	Fornecedores	10	60.158	61.577
Estoques	5	73	510	Empréstimos e financiamentos	11	60.447	57.799
Impostos a recuperar	6	5.634	2.239	Debêntures	12	106.619	84.125
Despesas antecipadas	7	7.294	6.564	Impostos e contribuições a recolher		6.103	5.490
Outros ativos		3.924	3.933	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	13	80.716	73.374
Total dos ativos circulantes		<u>802.932</u>	<u>14.410</u>	Outros passivos		10.101	9.094
				Total dos passivos circulantes		<u>324.144</u>	<u>291.459</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras em garantia	8	8.769	121.959	Empréstimos e financiamentos	11	387.326	436.336
Partes relacionadas	14	159	36.646	Debêntures	12	6.447.868	5.339.662
Depósitos judiciais	13	10.670	10.668	Partes relacionadas	14	1.646.512	1.366.897
Despesas antecipadas	7	12.268	18.145	Adiantamento para futuro aumento do capital	14	1.792.579	1.484.759
Impostos a recuperar	6	108.525	109.676	Total dos passivos não circulantes		<u>10.274.285</u>	<u>8.627.654</u>
Imobilizado	9	12.071.791	11.073.358	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total dos ativos não circulantes		<u>12.212.182</u>	<u>11.370.452</u>	Capital social	15	3.579.759	3.579.759
				Prejuízos acumulados		<u>(1.163.074)</u>	<u>(1.114.010)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>2.416.685</u>	<u>2.465.749</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>13.015.114</u></u>	<u><u>11.384.862</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>13.015.114</u></u>	<u><u>11.384.862</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	16	(30.563)	(27.948)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	(7.756)	(12.362)
		<hr/>	<hr/>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(38.319)	(40.310)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	11.672	6.008
Despesas financeiras	17	(22.417)	(27.559)
Total		<hr/>	<hr/>
		(10.745)	(21.551)
		<hr/>	<hr/>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(49.064)	(61.861)
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações	15	(0,8767)	(1,1745)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.409.758	(1.052.149)	2.357.609
Aumento de capital	170.001		170.001
Prejuízo do exercício	-	(61.861)	(61.861)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>3.579.759</u>	<u>(1.114.010)</u>	<u>2.465.749</u>
Prejuízo do exercício	-	(49.064)	(49.064)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>3.579.759</u>	<u>(1.163.074)</u>	<u>2.416.685</u>
	-	0	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIA DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(49.064)	(61.861)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação	9 e 16	10.239	10.238
Provisão para perda de estoque	5 e 16	(3.150)	(3.277)
Variações monetárias e juros - líquido		9.029	10.222
Baixa de custo de transação de empréstimo		2.468	7.399
Provisão para contingências		7.539	13.660
Caixa gerado nas operações		(22.939)	(23.619)
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Estoques		3.587	2.815
Depósitos judiciais		(65)	(2.058)
Impostos a recuperar		(2.244)	(4.547)
Outras contas a receber		9	(334)
Despesas antecipadas		(101)	954
Partes relacionadas		29.301	(42.848)
Fornecedores		10.989	(12.993)
Outras contas a pagar		1.007	3.007
Impostos e contribuições a recolher		22	(604)
Custos de transação pagos		(11.416)	(18.148)
Variações nos ativos e passivos		31.089	(74.756)
Juros pagos	11 e 12	(128.645)	(185.772)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(120.495)	(284.147)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação financeira		132.332	(103.062)
Aquisição de imobilizado		(361.852)	(325.912)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(229.520)	(428.974)
FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aporte de capital de acionistas		-	70.001
Captação de AFAC com a controladora	14	307.820	657.682
Obtenção de financiamentos com partes relacionadas	14	100.000	100.000
Emissão de debêntures conversíveis		811.386	-
Amortização do principal de financiamentos com o BNDES	11	(18.795)	(18.597)
Amortização do principal de financiamentos com o Itáú (FINAME)	11	(23)	(1.382)
Amortização do principal de financiamentos com o BNB FNE	11	(14.355)	(14.355)
Amortização do principal de financiamentos com o BNB M.TUAL	11	(14.520)	(14.520)
Amortização Debêntures	12	(36.655)	(65.803)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.134.858	713.026
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		784.843	(95)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.164	1.259
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		786.007	1.164
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		784.843	(95)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DOS VALORES ADICIONADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		<u>1.694</u>	<u>382</u>
Outras receitas		1.694	382
Insumos adquiridos de terceiros		<u>(13.463)</u>	<u>(16.498)</u>
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.572	1.728
Outras - materiais de consumo Adm./Com. e outros		<u>(15.035)</u>	<u>(18.226)</u>
Valor adicionado bruto		(11.769)	(16.116)
Depreciação, amortização e exaustão	9 e 16	<u>(10.238)</u>	<u>(10.238)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(22.007)	(26.354)
Valor adicionado recebido em transferência	17	<u>11.672</u>	<u>6.008</u>
Receitas financeiras		11.672	6.008
Valor adicionado total a distribuir		<u>(10.335)</u>	<u>(20.346)</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>(10.335)</u>	<u>(20.346)</u>
Pessoal		<u>15.186</u>	<u>13.232</u>
Remuneração direta		12.379	11.334
Benefícios		2.429	1.517
FGTS		378	381
Impostos, taxas e contribuições		<u>5.252</u>	<u>3.597</u>
Federais		5.149	3.597
Estaduais		103	-
Remuneração de capitais de terceiros		<u>18.291</u>	<u>24.686</u>
Juros	17	9.669	11.164
Outras		8.622	13.522
Remuneração de capitais próprios		<u>(49.064)</u>	<u>(61.861)</u>
Prejuízo do exercício		(49.064)	(61.861)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

A Transnordestina Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, sediada em Fortaleza-CE, com registro de companhia aberta, classe B, junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia, não possui ações negociadas em bolsa de valores, sendo uma controlada em conjunto pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") e pela Infra S.A. (anteriormente denominada de VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.).

A Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 7 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, na época a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., em conjunto com os órgãos da administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE, atual Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações (BNDESPAR) firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado "Projeto Transnordestina".

A então nova ferrovia, com extensão de 1.753 km, previa a ligação do terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) aos dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE). A Transnordestina Logística S.A. entende que este é um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006 iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE).

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Transnordestina Logística S.A, registro inicial de companhia aberta. A abertura de capital foi necessária para fins de observância a exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, quando da aprovação da incorporação da Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, anterior razão social da Companhia.

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, bem como a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considerou que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

Em 20 de setembro de 2013 a Companhia assinou Acordo de Investimentos juntamente com acionistas e órgãos financiadores, cujo orçamento vigente era de R\$ 7,542 bilhões (em substituição aos R\$ 5,422 bilhões iniciais), sendo, R\$ 1,888 bilhões provenientes da CSN, R\$ 230 milhões do acionista Infra S.A. (anteriormente denominada de VALEC, empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$ 1,143 bilhões de aumento de capital com recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), R\$ 180 milhões referente a empréstimo com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), R\$ 225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$ 3,876 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 27 de dezembro de 2013, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial dos ativos e passivos referentes à Malha I, tendo sido estes incorporados pela FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de janeiro de 2014, foi assinado o contrato de concessão entre a União, por intermédio da ANTT, e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, até o ano de 2057, devendo o poder concedente declarar extinta a concessão, uma vez alcançada a taxa de retorno de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco por cento ao ano) atualizado pelo IPCA, referente aos trechos que compõem a Malha II.

A prestação dos serviços ferroviários de que trata o contrato de concessão é realizada com a utilização de ativos cuja construção se encontra em andamento e sendo executada com recursos próprios da Companhia e da União, conforme Acordo de Investimento celebrado entre os acionistas.

Desta forma, durante o período de obras do “Projeto Transnordestina”, haverá utilização de bens alugados ou pertencentes à Companhia e, posteriormente, após a liberação dos trechos pelo Poder Concedente, estes, passarão à condição de arrendados.

À Companhia compete a obrigação de execução das obras de implantação dos trechos ferroviários, bem como a obtenção dos financiamentos necessários à execução do objeto contratual da concessão. Não há previsão para cobrança, pelo Poder Concedente, de contrapartida financeira sobre a concessão do direito de exploração de serviço público de transporte ferroviário de cargas à Companhia.

O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, proibiu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Infra S.A. (anteriormente denominada de VALEC), FINOR, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados.

O FINOR aprovou através do Despacho nº 12 e Portaria nº 60, ambos do Ministério da Integração, a readequação orçamentária do projeto, que foi concluída em julho de 2016. Em relação ao FDNE, cujo agente operador é o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia aguarda a conclusão do processo de readequação orçamentária.

Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, ainda referente ao processo TC 012.179/2016, o TCU proibiu novamente os repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Infra S.A. (anteriormente denominada de VALEC), FINOR, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR. Em 11 de março de 2020 o processo foi inserido na Pauta de Julgamento do TCU, nesta mesma data o processo foi retirado de pauta por tempo indeterminado.

Em 2020, após tramitação de procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), no qual se avaliou o regular cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão pela Companhia, a ANTT propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da TLSA e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER.

Em 23 de dezembro de 2022, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a União, por meio da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), e a empresa Transnordestina Logística S/A (TLSA), com interveniência do DNIT, o qual, em síntese, altera o escopo a ser implementado na malha da Ferrovia Transnordestina, bem como adequa os investimentos obrigatórios e os respectivos prazos, conforme diretrizes amplamente discutidas ao longo do segundo semestre de 2022 pelos diversos atores públicos envolvidos na concessão.

As alterações promovidas no Contrato de Concessão pelo Ministério da Infraestrutura e pela ANTT, na condição de representantes da administração pública federal, visaram a atender as orientações e determinações do Tribunal de Contas da União e à maximização do interesse público insito à implantação do Projeto Nova Transnordestina, com destaque para a previsão da devolução do trecho Salgueiro-Porto de Suape, o que resulta em projeto com os atuais 1.206 km de malha ferroviária e prazo de conclusão até dezembro de 2029.

Com esse ato, igualmente, se pôs fim à discussão do referido procedimento administrativo de recomendação de caducidade, que tramitava por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), o que somente foi possível com a superação das seguintes questões junto à ANTT e TCU: **(a)** Revogação em 27 de setembro de 2022 – através do Acórdão do TCU 1708-2022 – da medida cautelar objeto do subitem 9.2 do Acórdão 2.532/2017-Plenário, a qual suspendia à época novos repasses de recursos públicos à TLSA, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados; e **(b)** Aprovação pela ANTT dos projetos executivos e orçamento regulatório. Em 08 de agosto de 2023, foi publicado no Diário Oficial da União – DOU a Deliberação nº 242, de 7 de agosto de 2023, na qual consta: **(i)** a atualização do orçamento regulatório vinculado ao empreendimento da ferrovia Nova Transnordestina para o valor de R\$ 16,8 Bi considerando o desconto do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), na data base de janeiro/2023; e **(ii)** considerando o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o qual altera os trechos que compõem a malha concedida à Transnordestina Logística S.A. para Eliseu Martins - Trindade, Trindade -Salgueiro, Salgueiro - Missão Velha e Missão Velha - Porto de Pecém, tem-se o valor de orçamento regulatório de R\$ 11,8 Bi considerando o desconto do REIDI, na data base de janeiro/2023, na condição sem desoneração.

A Administração considera que os investimentos permitirão que a Transnordestina Logística S.A. ("TLSA"), concessionária detentora do Projeto Transnordestina, realize o transporte de vários produtos, como soja, milho, minério de ferro, pedra calcária, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis, tendo a TLSA obtido as autorizações ambientais exigidas para os trechos em obra, cuja implementação está avançada, tendo sido concluída a "fase I" no trecho do estado do Piauí até a cidade de São Miguel do Fidalgo, seguindo com obras de superestrutura e infraestrutura no trecho do estado do Ceará.

Situação econômico-financeira

A Companhia encontra-se em fase de implantação, devendo assim permanecer até a conclusão da malha II. O cronograma aprovado, que prevê o término da obra para agosto de 2029, está atualmente revisado junto aos órgãos responsáveis. Contudo, a Administração da Companhia entende que novos prazos para conclusão do projeto não impactarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta capital circulante líquido de R\$ 478.788, a Companhia conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, que vem sendo disponibilizados, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. Conforme o Acordo de Investimentos, à CSN caberá a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, se houver necessidade de investimentos que ultrapassem o orçamento acordado, em troca de contrato de uso da via permanente.

Ainda em dezembro de 2023, a diretoria da Companhia submeteu e aprovou junto ao Conselho de Administração para 2024 a proposta orçamentária de R\$ 2,2 bilhões, sendo R\$ 1,9 bilhões destinados aos investimentos do projeto, dos quais R\$ 1,7 bilhões destinados às execuções de obra. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve ingresso de recursos pelo acionista privado no montante de R\$ 407.821 (Nota Explicativa nº 14).

Até 31 de dezembro de 2023 foram investidos no projeto recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$ 587 milhões, FNE R\$ 180 milhões, FDNE R\$ 3,876 bilhões, BNDES R\$ 225 milhões, Infra S.A. R\$ 1,125 bilhões e CSN R\$ 2,214 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2023, o estágio das obras apresentava o seguinte avanço, por trecho: Salgueiro (PE) - Missão Velha (CE) – extensão total de 96 quilômetros com avanço de 100% * (concluído), Salgueiro (PE) - Trindade (PI) – extensão total de 163 quilômetros com avanço de 100% * (concluído), Eliseu Martins (PI) - Trindade (PI) – extensão total de 420 quilômetros com avanço de 80% * e Missão Velha (CE) - Pecém (CE) – extensão total de 527 quilômetros com avanço de 37% *.(*** As informações não fazem parte do escopo de revisão ou exame dos auditores independentes).**

Atualmente estão mobilizados os canteiros de obras:

- Do município de Simplício Mendes, no estado do Piauí, com execução pela Construtora Via Magna;
- Do município de Iguatu, no estado do Ceará, com execução pela Construtora Marquise; e
- Do município de Salgueiro, no estado do Pernambuco, com execução própria de produção de insumos e apoio logístico para a execução da Superestrutura.

Atualmente estão em andamento as obras de infraestrutura nos lotes 01, 02 e 03 do trecho que liga Missão Velha ao Porto de Pecém (MVP), concluídos 137 km de superestrutura até dezembro 2023, devendo concluir mais 14km até fevereiro de 2024, finalizando assim os lotes 01, 02 e 03 do mesmo trecho (MVP), bem como a execução de serviços complementares (alívio de tensão e correção geométrica) nos lotes 03 (14 km finais), 04, 05, 06 do trecho EMT. Os recursos utilizados na obra nos anos de 2019 a 2023 foram aportados pelo acionista privado ("CSN"), e em dezembro de 2023 considerado o recurso recebido do FDNE.

As fontes de financiamento do projeto são: **(i)** financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, **(ii)** debêntures de emissão do FDNE, **(iii)** contratos de uso da Via Permanente e **(iv)** aporte de capital pela CSN e acionistas públicos.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, até 50% das debêntures poderão ser convertidas em ações da TLSA.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação, dessa maneira a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da Companhia em 13 de março de 2024.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Continuidade operacional**

A administração da Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional, tendo em vista o compromisso de seus acionistas, principalmente o acionista privado em fazer os aportes necessários para honrar os compromissos da Companhia nos próximos doze meses. Tendo em vista que a Companhia está em fase pré-operacional e depende dos recursos de seus acionistas para honrar seus compromissos nos próximos doze meses, este é um julgamento contábil crítico.

- **Análise de recuperabilidade (*Impairment*) do ativo imobilizado**

A cada encerramento de exercício a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário (vide nota explicativa 9).

- **Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir prováveis perdas (vide nota explicativa 13).

e) Não aplicação do IFRIC 12 - “Service Concessions Agreements” (Contratos de Serviço de Concessão)

Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, sobre a IFRIC 12 - “*Service Concessions Agreements*”, para que um contrato de concessão seja aderente a IFRIC 12 é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: (i) regulamentação e controle da concessionária pela concedente; (ii) determinação de preço; e (iii) determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e não determina os preços, apenas limites máximos, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.

Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento na IFRIC 12 – “*Service Concessions Agreements*” e o Contrato de Concessão para Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga na Malha Nordeste, a Administração da Companhia entende que a adoção da IFRIC 12 não é aplicável.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto quando descrito de forma diferente.

a) Moeda estrangeira

i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

b) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 48 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

Reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; **(i)** ativos mensurados ao custo de amortização, **(ii)** valor justo por meio do resultado, **(iii)** valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Custo amortizado

Os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, *impairment* justamente com outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativo financeiros, **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “outros resultados abrangentes”. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ii) instrumento de patrimônio esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “outros resultados abrangentes” e nunca são reclassificados para o resultado. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivo financeiro ao custo amortizado

A companhia devesse classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Outros passivos financeiros não derivativos

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido por não serem resgatáveis, assim como quaisquer dividendos que sejam discricionários.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

c) Ativo imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

A capitalização de custos de empréstimos aos ativos qualificáveis pode ser suspensa caso a Companhia venha a incorrer em custos de empréstimos durante um período superior a 6 (seis) meses consecutivos em que as atividades necessárias ao preparo do ativo para seu uso ou venda pretendidos estão suspensas, ou ainda, caso venha a ocorrer uma redução significativa no ritmo de execução das obras, por um período ininterrupto de 12 meses, que venha a comprometer significativamente o prazo de conclusão originalmente previsto.

A Administração avalia e exerce julgamento em relação a suspensão da capitalização, quando, embora as atividades de desenvolvimento do ativo encontrarem-se suspensas, houver substancial trabalho técnico e administrativo sendo executado.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d) Ativos intangíveis

i) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear fundamentado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Custo de aquisição de softwares: 5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f) Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisões contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício ou período, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

g) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva cujo valor possa ser estimado de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os juros são capitalizados quando qualificam o imobilizado.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

k) Demonstração de valor adicionado

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

I) Novos pronunciamentos, revisões e/ou interpretações de normas

a) Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados

IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações fornecem esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, de forma à aplicação correta da norma. A Companhia não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o lucro

A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações buscam limitar a abrangência do escopo da Isenção de Reconhecimento Inicial ("IRI") de modo que a IRI não seja mais aplicável às transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. Assim, um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido deverão ser reconhecidos para as diferenças temporárias geradas no momento do reconhecimento inicial de um arrendamento ou uma provisão de passivo para desmontagem e remoção dos equipamentos arrendados. A Companhia não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

b) Novos pronunciamentos contábeis e interpretações que ainda serão adotados

IAS 1/CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras

A partir de 1 de janeiro de 2024, as alterações esclarecem quais passivos possuem direito de postergar liquidação e se esses direitos existem na data de encerramento das demonstrações financeiras e, ainda, se a classificação entre circulante e não circulante impactaria a entidade de exercer o direito de postergação. As alterações também tratam que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio, os termos de um passivo não afetariam sua classificação. A Companhia até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

Alterações à IAS 7, CPC 03 (R2) e à IFRS 7/ CPC 40 (R1)

A partir de 1º de janeiro de 2024, referente à Acordos de Financiamento de Fornecedores.

Alterações IFRS 16, CPC 06

Passivo de Arrendamento Mercantil Sales and Leaseback - A partir de 1º de janeiro de 2024;

Alterações IAS 21/ CPC 02 (R3)

Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Implementação em 2025.

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS S1 e IFRS S2

Resolução CVM Nº 193 de 20/12/2023 - Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board – ISSB. Adoção é voluntária a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A adoção é obrigatória a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	786.007	1.164
Total	786.007	1.164

As aplicações financeiras, são de liquidez imediata e referem-se a Fundos de Investimentos. Podendo ser resgatadas a qualquer momento sem mudança significativa em seu valor de face.

5. Estoques

	31/12/2023	31/12/2022
Estoques	4.028	7.615
Perdas estimadas em estoque	(3.955)	(7.105)
Total	73	510

Movimentação para perdas estimadas em estoques:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(7.105)	(10.382)
(+) Adições no exercício	-	-
(-) Reversões no exercício	3.150	3.277
(=) Saldo final	(3.955)	(7.105)

A provisão para perda de estoque é composta principalmente por materiais que tem aplicação direta em superestrutura e estão sem movimentação à longa data. O cálculo da provisão para perda de estoque é realizado com base em política interna da companhia e trata-se de um cálculo realizado por estimativa. A provisão poderá ser revertida de acordo com a utilização dos itens.

6. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS (a)	43.327	43.079
PIS (b)	5.002	4.948
Cofins (b)	20.829	20.964
IRPJ (c)	45.001	42.924
Total	114.159	111.915
Circulante	5.634	2.239
Não circulante	108.525	109.676

(a) ICMS a recuperar

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação.

(b) PIS e Cofins a recuperar

Trata-se de créditos de PIS e Cofins calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado. O custo das aquisições é contabilizado pelo valor líquido de tais créditos. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação, através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/12 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04.

(c) IRPJ sobre aplicação financeira

Refere-se em sua maior parte ao imposto de renda incidente das aplicações financeiras do fundo de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, mencionado na Nota Explicativa nº 8, como também o registro da atualização monetária oriunda da apuração de imposto de renda com base negativa.

7. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante e não circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros. Trata-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da ferrovia Transnordestina, seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia, os quais são capitalizados mensalmente, bem como, seguros garantia os quais são apropriados ao resultado.

	31/12/2023	31/12/2022
Risco de engenharia	15.198	19.998
Responsabilidade civil	1.395	1.836
Seguro garantia	2.900	2.729
Outros	69	146
Total	19.562	24.709
Circulante	7.294	6.564
Não circulante	12.268	18.145

Movimentação no exercício:

	Risco de engenharia	Responsabilidade civil	Seguro garantia	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	19.998	1.836	2.729	146	24.709
(+) Adições	-	-	2.504	656	3.160
(-) Apropriações	(4.800)	(441)	(2.333)	(733)	(8.307)
(=) Saldo em 31/12/2023	15.198	1.395	2.900	69	19.562

8. Aplicações financeiras em garantia

As aplicações financeiras no montante de R\$ 8.769 (R\$ 121.959 em 31 de dezembro de 2022), referem-se aos fundos de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante são compostas por fundo de liquidez do FDNE e FNE, onde serão mantidas até o término dos respectivos contratos de debêntures e financiamentos, sendo em 2056 (FDNE) e 2031 (FNE), e são remuneradas a uma taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 20 de setembro de 2023 foi utilizado o recurso da Conta Reserva do FDNE nº 18156-3, no montante de R\$ 121.009 para amortização da parcela vencida em 19 de setembro de 2023 da Escritura Pública da 1ª (primeira) Emissão Privada de Debêntures e seus aditivos, na forma prevista na cláusula 4.14.5.6 (Fundo de Liquidez).

9. Imobilizado

	Taxa anual de Depreciação/ amortização (% a.a.)	31/12/2023		31/12/2022	
		Custo	Depreciação/ amortização	Líquido	
Máquinas e equipamentos	10	77.991	(20.148)	57.843	65.642
Vagões e veículos	10	2.400	(620)	1.780	2.020
Equipamentos de telecomunicação	10	76	(15)	61	67
Outras imobilizações	13	21.933	(5.666)	16.267	18.461
Total imobilizado em operação		102.400	(26.449)	75.951	86.190
Imobilização em andamento (a)		11.995.840	-	11.995.840	10.987.168
Total imobilizado		12.098.240	(26.449)	12.071.791	11.073.358

(a) Conforme nota explicativa nº 01, parte deste ativo está em processo de devolução junto ao Poder Concedente nos termos do 1º Termo aditivo contratual firmado. Para tanto, o Anexo IV do referido aditivo disciplinou as condições para a devolução do trecho SPS (Salgueiro – Porto de Suape), cumprindo ser atendidas as seguintes etapas: (i) elaboração do levantamento dos ativos edificados; (ii) elaboração do levantamento de passivos no trecho; (iii) valoração dos ativos e passivos identificados; (iv) decisão homologatória dos levantamentos pela ANTT; (v) pagamento do valor devido à título de indenização; (vi) assinatura de Termo Definitivo de Devolução.

Revisão da vida útil

A partir de 1º de janeiro de 2017 entrou em vigor a Resolução nº 4540 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que regulamenta as taxas de depreciação e de amortização anuais para os ativos das concessionárias detentoras do direito de exploração de infraestrutura ferroviária. Em consonância com a resolução a Companhia adota as taxas aplicadas pelo órgão regulador.

Movimentação do exercício:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	65.642	-	(7.799)	57.843
Vagões e veículos	2.020	-	(240)	1.780
Equipamentos de telecomunicação	67	-	(6)	61
Outras imobilizações	18.461	-	(2.194)	16.267
Total imobilizado em operação	86.190	-	(10.239)	75.951
Imobilização em andamento	10.987.168	1.008.672	-	11.995.840
Total imobilizado	11.073.358	1.008.672	(10.239)	12.071.791

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	73.441	-	(7.799)	65.642
Vagões e veículos	2.260	-	(240)	2.020
Equipamentos de telecomunicação	73	-	(6)	67
Outras imobilizações	20.654	-	(2.193)	18.461
Total imobilizado em operação	96.428	-	(10.238)	86.190
Imobilização em andamento	10.061.142	926.026	-	10.987.168
Total imobilizado	10.157.570	926.026	(10.238)	11.073.358

a) Imobilizado em andamento:

	31/12/2022	Adições	Transferência	31/12/2023
Infraestrutura	1.989.218	70.937	-	2.060.155
Juros capitalizados	3.802.033	652.336	-	4.454.369
Terraplanagem	1.534.052	71.794	-	1.605.846
Construção de obras de artes especiais	1.121.312	-	-	1.121.312
Superestrutura	944.875	118.321	50.760	1.113.956
Outros gastos de implantação	686.736	45.110	57.484	789.330
Drenagem e obras de arte corrente	358.501	-	-	358.501
Gerenciamento e elaboração de projetos	268.241	16.773	-	285.014
Almoxarifado de obras em andamento	210.168	30.725	(108.244)	132.649
Gestão ambiental	72.032	2.676	-	74.708
Total Imobilizado em andamento	10.987.168	1.008.672	-	11.995.840

	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Infraestrutura	1.924.581	64.637	1.989.218
Juros capitalizados	3.212.276	589.757	3.802.033
Terraplanagem	1.471.489	62.563	1.534.052
Construção de obras de artes especiais	1.121.312	-	1.121.312
Superestrutura	839.911	104.964	944.875
Outros gastos de implantação (i)	609.121	77.615	686.736
Drenagem e obras de arte corrente	358.501	-	358.501
Gerenciamento e elaboração de projetos	258.390	9.851	268.241
Almoxarifado de obras em andamento	196.385	13.783	210.168
Gestão ambiental	69.176	2.856	72.032
Total Imobilizado em andamento	10.061.142	926.026	10.987.168

Valor recuperável dos ativos

A Companhia efetuou a análise de premissas e indicativos referentes ao valor recuperável de seus ativos (“*Impairment*”) na data base de 31 de dezembro de 2023, bem como revisou e atualizou os cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação, e não identificou necessidade de reconhecer nenhuma perda. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso para os ativos que não serão devolvidos ao Estado e valor justo líquido para o trecho a ser devolvido, conforme termo aditivo nº 1 firmado em 23 de dezembro de 2022. Este termo prevê a devolução do trecho Salgueiro x Suape e das condições existentes para mensuração do valor justo líquido (valor indenizável) à Companhia. O valor em uso foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente. Abaixo seguem as principais premissas utilizadas nas análises efetuadas da data base de 31 de dezembro de 2023:

A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se tivessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo.

A Companhia utilizou uma taxa média ponderada de capital (WACC) para descontar os fluxos de caixa operacionais e mensurar o valor presente líquido dos ativos. Essa taxa foi calculada de acordo com o custo e a participação do capital próprio e do capital de terceiros na estrutura da Companhia, determinados conforme descrito abaixo:

- Custo do capital próprio: foi utilizada a metodologia CAPM (“*Capital Asset Pricing Model*”) que consiste em determinar a taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. A Companhia utilizou dados atuais para determinação dos parâmetros do CAPM, dentre os quais a alíquota de IR/CSLL e o beta alavancado flutuam anualmente de acordo com as projeções e os demais parâmetros permanecem fixos.
- Custo do capital de terceiros: foi determinado de acordo com a média ponderada dos custos dos instrumentos de dívida já contratados e projetados durante o período da concessão.
- Estrutura de capital: a participação do capital de terceiros na estrutura da Companhia foi calculada através da relação entre o saldo das dívidas a cada ano e o total de capital. Já a participação do capital próprio foi determinada através da diferença entre o Valor Presente Líquido (VPL) dos fluxos de caixa operacionais e o saldo das dívidas a cada ano, ou seja, o valor de mercado para os acionistas.

A taxa de desconto, após os impostos, utilizada para mensurar o valor em uso, considerou estrutura de capital dinâmica, variando durante o período projetivo entre 5,96% e 6,89% em termos reais. As projeções de fluxo de caixa contemplaram as expectativas de contratos com base no estudo de cargas realizado por consultor independente contratado em 2023, estudos de mercado realizados em 2023, e ainda a atualização das premissas chaves tais como taxa de inflação, WACC e custos, que são atualizadas anualmente pela administração a fim de refletir as condições de mercado. Foi efetuada uma reconciliação entre as taxas de desconto post-tax e pre-tax e não foram identificadas variações relevantes no valor final do fluxo. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2023, são as que seguem:

Receita líquida anual média do início da operação até 2033 - R\$	1.929.000
Receita líquida anual média após 2033 - R\$	5.415.000
Média anual da taxa de desconto após impostos - WACC Post-tax (real)	6,34 %
Investimento a incorrer – R\$	7.382.554

As projeções utilizadas, representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos, envolvendo julgamento e utilização de informações prospectivas, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e de consultoria especializada contratada, e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações que representem impactos materiais nestas demonstrações financeiras.

10. Fornecedores

O saldo de fornecedores contempla as provisões com base nas medições do avanço da obra, fornecidas pelas principais construtoras contratadas.

Apresentamos abaixo os principais fornecedores em aberto na data base de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Fornecedor	31/12/2023	31/12/2022
Construtora Marquise	9.056	5.741
Zurich Minas Seguros	3.960	11.880
Via Magna Construções	6.305	22.132
Outros fornecedores diversos	40.837	21.824
Total	60.158	61.577

11. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Vencimento	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
BNDES (a)	2033	TJLP + 1,30% a.a.	230.674	247.056
BNB (b)	2031	7,5% a.a.	217.099	247.056
Banco Itaú (c)	2023	5,5% a.a.	-	23
Total			447.773	494.135
Circulante			60.447	57.799
Não circulante			387.326	436.336

Movimentação do exercício

Tipo	Saldo em 31/12/2022	Atualização Financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Custo de transação	Saldo em 31/12/2023
BNDES (a)	247.056	19.600	(18.795)	(17.247)	60	230.674
BNB (b)	247.056	16.922	(28.875)	(18.004)	-	217.099
Banco Itaú (c)	23	-	(23)	-	-	-
Total	494.135	36.522	(47.693)	(35.251)	60	447.773

(*) A atualização financeira inclui R\$ 27.493 capitalizados e R\$ 9.029 de despesas de juros.

Tipo	Saldo em 31/12/2021	Atualização Financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Custo de transação	Saldo em 31/12/2022
BNDES (a)	264.070	20.210	(18.597)	(18.319)	(308)	247.056
BNB (b)	277.012	19.160	(28.875)	(20.241)	-	247.056
Banco Itaú (c)	1.408	19	(1.382)	(22)	-	23
Total	542.490	39.389	(48.854)	(38.582)	(308)	494.135

(*) A atualização financeira inclui R\$ 29.167 capitalizados e R\$ 10.222 de despesas de juros.

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamento destinado aos investimentos na construção do Projeto Transnordestina. A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos mensalmente desde julho de 2016. Os financiamentos serão amortizados, em até 17 anos, sendo o primeiro iniciado em julho de 2016, garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2033.

Cronograma de desembolsos:

	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	19.059
2024	23.808	22.775
2025	24.378	24.163
2026	24.378	24.163
2027 a 2033	158.110	156.896
Total	230.674	247.056

(b) Banco do Nordeste do Brasil – BNB

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, são destinados à execução das obras e serviços do trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto Transnordestina e revitalização da malha atual. A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Em fevereiro de 2017 foi realizado aditivo contratual onde foi concedido uma carência entre fevereiro de 2017 e março de 2020, com vencimento repactuado para 2031 (anteriormente 2027), sendo os juros exigidos trimestralmente nesse período e mensalmente quando iniciar a amortização. A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela CSN. Cronograma de desembolsos:

	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	37.720
2024	36.639	28.875
2025	28.875	28.875
2026	28.875	28.875
2027 a 2031	122.710	122.710
Total	217.099	247.056

(c) Banco Itaú BBA S.A - Banco Itaú

O financiamento celebrado junto ao Banco Itaú, provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tem por finalidade a aquisição de 34 vagões do tipo PNT e 37 vagões do tipo HNT, com modernização dos equipamentos da Companhia. A taxa de juros pactuada é 5,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente desde a assinatura do contrato. Os empréstimos são amortizados mensalmente, em até 8 anos (ambos de 2014 a 2023). A garantia é por meio de alienação fiduciária.

Cronograma de desembolsos:

	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	23
Total	-	23

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, para o projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas até a data da emissão destas demonstrações financeiras.

12. Debêntures

No exercício de 2010, a Companhia aprovou a emissão de até R\$ 2.672.400 em debêntures conversíveis em ações, sendo aditado em julho de 2014 para R\$ 3.876.492. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das debêntures emitidas é de R\$ 6.554.487 (R\$ 5.423.787 em 31 de dezembro de 2022), conforme segue:

	Data da emissão	Principal	Atualização financeira	Saldo atualizado em 31/12/2023	Saldo atualizado em 31/12/2022
1ª Emissão	09/03/2010	312.978	403.972	716.950	677.717
2ª Emissão	25/11/2010	325.643	389.231	714.874	675.755
3ª Emissão	01/12/2010	314.269	375.301	689.570	651.833
4ª Emissão	04/10/2011	435.368	473.463	908.831	859.094
5ª Emissão	19/09/2012	113.292	110.421	223.713	211.469
6ª Emissão	24/06/2013	604.299	543.627	1.147.926	1.085.105
7ª Emissão	11/08/2014	743.753	592.171	1.335.924	1.262.814
8ª Emissão	29/11/2023	811.386	5.312	816.698	1.262.814
Total		3.660.988	2.893.498	6.554.486	5.423.787
Circulante				106.619	84.125
Não circulante				6.447.868	5.339.662

Todas as debêntures emitidas têm valor nominal unitário de R\$ 1,00, vencimento em 19 de setembro de 2056 e juros de TJLP + 0,85% a.a.

Movimentação no exercício:

Saldo 31/12/2022	Liberação	Atualização financeira (a)	Amortização de principal	Amortização de juros	Saldo 31/12/2023
5.423.787	811.386	449.362	(36.655)	(93.394)	6.554.486

Saldo 31/12/2021	Atualização financeira (a)	Amortização de principal (b)	Amortização de juros (b)	Saldo 31/12/2022
5.228.397	408.384	(65.803)	(147.191)	5.423.787

- (a) Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.
- (b) A administração solicitou ao BNB e a Sudene a repactuação do financiamento com recursos do FDNE, pleiteando a postergação do pagamento da parcela vincenda em 19 de setembro de 2020 por 360 dias, que foi concedida pela Sudene no dia 12 de novembro de 2020. Em 26 de maio de 2021 a Companhia entregou a Sudene o pedido de suspensão pelo prazo de 12 meses, das obrigações devidas e programadas para o vencimento de 21 de setembro de 2021, bem como, toda e qualquer remuneração relativa as debêntures da TLSA conversíveis em ações que pudesse ser considerada vencida até 31 de dezembro de 2021. Em 17 de setembro de 2021 a SUDENE respondeu o pedido adiando pelo prazo de 45 dias, a partir da data do vencimento da parcela, o pagamento da mesma. Em 01 de dezembro de 2021 a SUDENE decidiu manter a data de vencimento da quinta parcela relativa ao exercício de 2021 em 03 de dezembro de 2021 e instituiu novo cronograma de reembolso da quarta parcela, relativa ao exercício de 2020, as quais foram pagas nas seguintes datas: 21 de fevereiro de 2022, 20 maio de 2022 e 22 de agosto de 2022, as quais foram integralmente liquidadas nas datas acordadas.

As debêntures conversíveis não determinam uma quantidade fixa de ações, sendo o número de ações determinado na data da conversão em função do saldo da dívida com o FDNE e do valor patrimonial das ações da TISA. O montante a ser convertido em ações é o próprio saldo da dívida na data da conversão. Desta forma, ao analisar a aplicação de segregação contábil entre passivo financeiro e instrumento de dívida, a administração concluiu que o instrumento fosse registrado integralmente como passivo financeiro.

O objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado.

Em 4 de agosto de 2014, foi assinado o 9º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 3 de abril de 2015, foi adiado para 19 de setembro de 2017, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Em 13 de outubro de 2017, foi assinado o 10º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 19 de setembro de 2017, foi adiado para 18 de março de 2018, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade e acordo de acionistas assinado em 20 de setembro de 2013, as debêntures serão convertidas em ações pela SUDENE/FDNE, no vencimento da primeira parcela de amortização ou resgate, e limitadas a 50% no primeiro vencimento.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- Incurrir em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos;
- Sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência;
- Descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e também obrigações financeiras assumidas perante o BNB;
- Promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da SUDENE e ouvido o BNB;
- Descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis;
- Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela SUDENE;
- Não manter o registro na CVM, impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações;
- O não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB; e
- Deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 238,01%.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor total da garantia é R\$ 9.226.000 e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$ 3.876.000. Relação das garantias:

Fiança corporativa da CSN até o limite de 48,47% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretroatável para todos os fins legais;

- a) Fundo de liquidez representado por aplicações financeiras em conta corrente;
- b) Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão
- c) Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais que futuramente serão celebrados;
- d) Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto.
- e) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$ 209.971.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia cumpriu com as restrições contratuais e garantias acima referenciadas, bem como não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas/garantias até a data da emissão destas demonstrações financeiras.

13. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia é ré em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência histórica referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Líquido
Cível	68.540	(1.947)	66.593	60.021
Trabalhistas	12.006	(8.723)	3.283	3.566
Ambiental	170	-	170	(881)
Total	80.716	(10.670)	70.046	62.706

Movimentação dos processos no exercício:

	Saldo inicial		Reversão (d)	Utilização	Saldo final
	31/12/2022	Adição			31/12/2023
Cíveis (a)	60.961	9.557	(1.978)	-	68.540
Trabalhista (b)	12.287	1.571	(1.789)	(63)	12.006
Ambiental (c)	126	49	(5)	-	170
Total	73.374	11.177	(3.772)	(63)	80.716

	<u>Saldo inicial</u> 31/12/2021	Adição	Reversão (d)	Utilização	<u>Saldo final</u> 31/12/2022
Cíveis (a)	60.144	15.695	(450)	(14.428)	60.961
Trabalhista (b)	16.020	1.688	(2.224)	(3.197)	12.287
Ambiental (c)	1.175	73	(1.122)	-	126
Total	77.339	17.456	(3.796)	(17.625)	73.374

(a) Contingências cíveis

Atualmente a Companhia é demandada como ré na Ação de Falência no 0165651-25.2012.8.06.0001. A Companhia efetuou o depósito judicial da quantia de R\$ 1.670 em 17 de outubro de 2012. Em 19 de maio de 2014, juntada de depósito judicial elusivo do valor remanescente de R\$ 276. Em 31 de julho de 2014, sentença determinando o levantamento dos valores pela parte autora. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 3.305.

A Companhia é demandada como ré na Ação de Cobrança nº 1031369-59.2018.8.26.0100, trata-se de Ação de Rescisão de Contrato de Locação de Bens Móveis cumulada com Reintegração de Posse e Cobrança de Aluguéis, ajuizada por União Comercial Barão – UCB em face da TLSA. Ação em fase de recurso e considerada pelos advogados da Companhia como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 8.432.

A Companhia ajuizou processo de arbitragem para que a CNO – Construtora Norberto Odebrecht arcasse com valores devidos do Contencioso da Aliança por força da cláusula 3.2 do “Instrumento Particular de Transação, Distrato e Outras Avenças”, celebrado entre a TLSA e a CNO em agosto de 2013, no contexto de encerramento da arbitragem CCI 18869/CA. A CNO, por sua vez, apresentou reconvenção alegando descumprimento da regra da cláusula 3.2 da Transação por parte da TLSA, e requerendo a condenação da Companhia a restituir-lhe valores decorrentes de bloqueio em conta. Em 21 de julho de 2021, foi proferida Sentença Arbitral Final que condenou a TLSA. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 41.187.

A Companhia é demandada como ré na Ação de Cobrança nº 0043052-48.2019.8.17.2001 ajuizada pela Agilis Mineração, Britagem e Reciclagem Ltda., trata-se de cumprimento de sentença referente a ação de cobrança ajuizada em 2016, com base em cobranças de contratos supostamente não honrados pela TLSA e pela CNO, entre os anos de 2010 e 2011, relativos à extração, mineração e beneficiamento de minerais junto às obras de construção da Ferrovia Transnordestina. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 5.476.

Existem outros processos com risco provável de perda, no montante provisionado de R\$ 10.140.

(b) Contingências trabalhistas

São processos, principalmente, provenientes de reclamatórias de ex-colaboradores de construtoras contratadas, na região de Salgueiro, Araripina, Serra Talhada, Petrolina e Arcoverde. O montante provisionado corresponde a R\$ 12.006.

(c) Contingências ambientais

A companhia é demandada como ré na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal do PI nº 0001635-08.2016.4.01.4004, a qual requer a paralisação das obras referente ao trecho Eliseu Martins-Trindade em razão de supostos impactos não mitigados/compensados que estariam sendo causados às comunidades quilombolas do Contente e Barro Vermelho (São Raimundo Nonato/PI). Foi realizado depósito judicial para reparação das casas danificadas, conforme determinado em sentença, no montante de R\$ 1.000. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 170.

(d) Ações de risco possível

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 197.737 (R\$ 182.020 em 31 de dezembro de 2022), para os quais nenhuma provisão foi constituída, uma vez que representam obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações de cobrança de fornecedores contra construtoras contratadas e TISA, ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho, verbas rescisórias trabalhistas e execuções fiscais.

Quadro resumo dos processos avaliados como de risco possível:

Natureza da ação	Quantidade	Valor de risco possível em	
		31/12/2023	31/12/2022
Cível	137	99.435	92.382
Trabalhista	10	4.657	3.945
Tributário	21	77.772	70.872
Ambiental	10	15.873	14.821
Total	178	197.737	182.020

Abaixo as principais causas:

Cível

- a) Ação de Cobrança processo nº 0147001-51.2017.8.06.0001, em curso na 09ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, proposta pela empresa Arcadis, visa a cobrança de medições não pagas e descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2023 é no montante de R\$ 2.716 (R\$ 2.615 em 31 de dezembro de 2022).
- b) Ação de Cobrança na esfera cível, processo no 0030705-50.2015.8.26.0100, proposta pela empresa BRCON (locação de equipamentos) visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2023 é no montante de R\$ 37.477 (R\$ 36.087 em 31 de dezembro de 2022).
- c) Ação Ordinária de Cobrança cumulada com perdas e danos na esfera cível, processo no 0005819-17.2015.8.10.0040, em curso na 1ª Vara Cível da comarca de Imperatriz (MA), proposta pela empresa REINAR, visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2023 é no montante de R\$ 24.911 (R\$ 24.066 em 31 de dezembro de 2022). Este processo está em fase inicial e o valor da estimativa refere-se ao montante pedido pela autora. Acatada exceção de incompetência para remessa dos autos para a comarca de São Paulo/SP.
- d) Ação Monitoria processo no 0217869-25.2015.8.06.0001, em curso na 26ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, proposta pela empresa Arcadis, visa a cobrança de medições não pagas e descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2023 é no montante de R\$ 4.936 (R\$ 4.768 em 31 de dezembro de 2022).

Trabalhista

- a) Ação Civil Pública nº 0001209-15.2015.5.22.0107, em curso na vara do trabalho de Oeiras/PI, proposta pelo Ministério Público – PRT/22ª Região em face de Construtora Monttauro, CRW Serviços e Escavações, CIVILPORT e TLSA (responsabilidade subsidiária), em razão de denúncia realizada pelo SINTEPAV, sindicato responsável pelos trabalhadores nas indústrias da construção de estrada, pavimentação de obras de terraplanagem em geral, no Estado do Piauí, de que as empresas CRW e Monttauro haviam demitido todos os empregados ligados a esta obra, sem pagar-lhes as verbas rescisórias devidas. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2023 é no montante de R\$ 3.029 (R\$ 2.789 em 31 de dezembro de 2022).

Tributário

- a) Execuções Fiscais nº 0001396-16.2012.8.17.0560 para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras cíveis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 28.336 (R\$ 26.138 em 31 de dezembro de 2022).
- b) Execução Fiscal no 0000397-49.2012.8.17.1470 ajuizada pelo Município de Terra Nova/PE, objetivando a cobrança de suposto crédito tributário de ISS. Processo suspenso até o julgamento de Embargos à Execução. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 4.551 (R\$ 4.197 em 31 de dezembro de 2022).
- c) Ação Anulatória nº 0050680-86.2021.8.06.0041 que tem como objetivo desconstituir o AI nº 01/2019 do Município de Aurora o qual levanta a cobrança de suposta ausência de recolhimento de ISSQN no contrato firmado entre a TLSA e Construtora Marquise. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 8.213 (R\$ 7.833 em 31 de dezembro de 2022).
- d) Execução Fiscal nº 0804738-05.2019.4.05.8100 para cobrança de débito que está relacionado ao processo administrativo de nº 50500.189430/2015-93 (multa pela não conclusão do TS - Salgueiro/PE a Trindade/PI no prazo previsto em contrato), com dívida no valor de R\$ 3.893.042,74, com CAD nº 4.006.008552/19-13. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 5.319 (R\$ 4.773 em 31 de dezembro de 2022).
- e) Execução Fiscal nº 0804734-65.2019.4.05.8100 para cobrança de débito que está relacionado ao processo administrativo nº 50500.431931/2016-69 (descumprimento de prazo para conclusão de obras dos trechos SPS e EMT) com dois Autos de Infração (nº 23 e 24/2016/GPFER/SUFER) possuindo com valor da dívida o montante de R\$ 2.491.266,72, com CDA de nº 4.006.008550/19-98 e (b) 50500.431931/2016-69 – dívida no valor de R\$ 2.491.266,72, com CDA nº 4.006.008549/19-17. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 6.808 (R\$ 6.109 em 31 de dezembro de 2022).

14. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

a) Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas diretas e indiretas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão listados a seguir:

	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				
Contas a receber	37	122	159	36.646
Passivo				
Adiantamento para futuro aumento de capital (a)	1.792.579	-	1.792.579	1.484.759
Contrato de mútuo (b)	1.547.844	98.668	1.646.512	1.366.897

Resultado	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com serviços compartilhados (c)	-	5.871	5.871	5.607
Despesas com cessão predial	-	(1.426)	(1.426)	(1.527)
Total resultado	-	4.444	4.444	3.774

- (a) Valores recebidos como adiantamento para custear o volume mínimo das operações da companhia.
- (b) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com renovação automática, e com incidência média de juros variáveis, sendo: CDI + 4%, 110,71% do CDI e IOF.
- (c) Serviços Compartilhados e outros – Representado substancialmente por valores a receber referente ao rateio de gastos administrativos, nos termos do contrato de serviços compartilhados firmado entre as partes, além de saldos a receber por reembolso de despesas.

Movimentação com partes relacionadas

	AFAC com CSN	Mútuo com CSN	Mútuo com FTL	Total
Saldo 31/12/2022	1.484.759	1.273.271	93.626	2.851.656
Adições/ Liberações	307.820	100.000	-	407.820
IOF	-	1.912	-	1.912
Atualização financeira	-	172.661	11.046	183.707
Amortização principal	-	-	(2.066)	(2.066)
Amortização juros	-	-	(3.347)	(3.347)
IR	-	-	(591)	(591)
Saldo 31/12/2023	1.792.579	1.547.844	98.668	3.539.091

b) Pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir informações sobre remunerações acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo para administradores	6.762	5.976

15. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 55.963.093 ações nominativas (55.963.093 em 31 de dezembro de 2022), no valor de R\$ 3.579.759 (R\$ 3.579.759 em 31 de dezembro de 2022), sendo 28.313.622 ações ordinárias e 27.649.471 ações preferenciais (28.313.622 ações ordinárias e 27.649.471 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2022), sem valor nominal.

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 160.000.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 80.000.000 de ações ordinárias, 30.000.000 de ações preferenciais classe "A" e 50.000.000 de ações preferenciais classe "B".

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme quantidade de ações distribuída abaixo:

	31/12/2023 e 31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	26.382.163	501.789	26.883.952
Banco Fibra S/A	-	355	355
IBIS Participações e Serviços Ltda.	-	741	741
BNDES Participações – BNDESPAR	208.743	3.223.271	3.432.014
BNDES	-	4.318.334	4.318.334
FINAME	-	918.906	918.906
INFRA S.A.	1.722.716	18.686.075	20.408.791
Total	28.313.622	27.649.471	55.963.093

b) Reservas

• Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei No. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Dividendos

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 conforme o quadro abaixo:

Prejuízo básico por ação	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício			(49.064)	(61.861)
Quantidade de ações média ponderada durante o exercício (*)	28.313.622	27.649.471	55.963.093	52.669.959
Resultado por ação – básico e diluído (por lote de mil ações)			(0,8767)	(1,1745)

(*) Instrumentos antidiluidores.

Os instrumentos abaixo relacionados diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.

	31/12/2023	31/12/2022
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
Debêntures	74.381	60.585

16. Despesas por natureza

Despesas administrativas e gerais	31/12/2023	31/12/2022
Folha de pagamento	(16.043)	(13.905)
Material	(81)	(55)
Serviço	(4.200)	(3.750)
Depreciação	(10.239)	(10.238)
Total	(30.563)	(27.948)
Outras receitas (despesas) operacionais		
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(7.554)	(13.660)
Multas	(584)	(552)
Outras receitas (despesas)	(2.768)	(1.427)
Provisão (reversão) para perda de estoque	3.150	3.277
Total	(7.756)	(12.362)

17. Resultado financeiro

31/12/2023 31/12/2022

Receitas financeiras		
Descontos obtidos	2.551	2.854
Juros ativos	7.092	175
Outros	2.029	2.979
Total	11.672	6.008
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (a)	(11.580)	(13.076)
IOF	(668)	(65)
Comissões de fianças bancárias	(2.661)	(7.643)
PIS e Cofins sobre receitas financeiras	(1.546)	(895)
Juros e multa	(3.488)	(4.393)
Outros	(2.474)	(1.487)
Total	(22.417)	(27.559)
Resultado financeiro	(10.745)	(21.551)

- (a) Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 9 e 11 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras já encerradas.

18. Instrumentos financeiros

a) Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

31/12/2023 31/12/2022

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	786.007	1.164
Depósitos judiciais	10.670	10.668
Total	796.677	11.832
Aplicação financeira	8.769	121.959
Total	805.446	133.791

Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	31/12/2023					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos	447.773	25.753	34.694	53.253	159.758	174.315
Debêntures	6.554.487	-	106.619	94.139	310.582	6.043.147
Partes relacionadas	1.646.512	-	-	1.646.512	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	60.158	60.158	-	-	-	-
Total	8.708.930	85.911	141.313	1.793.904	470.340	6.217.462

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	31/12/2022					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos	494.135	24.639	33.160	51.573	159.128	225.635
Debêntures	5.423.787	-	84.125	73.153	242.142	5.024.367
Partes relacionadas	1.366.897	-	-	1.366.897	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	61.550	61.550	-	-	-	-
Total	7.346.369	86.189	117.285	1.491.623	401.270	5.250.002

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2023 pelo custo amortizado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

c) Riscos operacionais

Com a cisão dos ativos e passivos operacionais referentes à Malha I, a Companhia se encontra em fase de implantação, com prazo para início das operações atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis. Neste período, poderá estar sujeita ao aumento nos custos operacionais, como energia elétrica e combustível, de forma desproporcional ao aumento dos preços de venda que espera praticar no fechamento de contratos com seus clientes.

Como ferramenta de controle, a Administração elabora orçamento anual e plurianual, bem como revisa periodicamente as premissas adotadas na elaboração do plano de negócios, de modo a identificar antecipadamente situações que possam impactar negativamente em suas operações, bem como adotar medidas preventivas que lhe permitam assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia em curto, médio e longo prazo.

d) Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro Nota Explicativa nº 18 **(a)**.

e) Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre empréstimos e sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos em CDI	795.129	123.397
Passivo em CDI	1.646.512	1.366.897
Passivos em TJLP	6.785.160	5.670.843

A Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: **(i)** cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 99,92% do CDI à taxa de 13,03% a.a., com 110,71% do CDI à taxa de 14,53% a.a., com CDI mais 4% à taxa de 17,2% a.a. e TJLP à taxa de 7,05% a.a., **(ii)** cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e **(iii)** cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme cenário demonstrado acima:

Varição positiva Transação	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 2 (variação de 25%)	Cenário 3 (variação de 50%)
Empréstimo em TJLP	6.785.160	TJLP a 7,05%	TJLP a 5,29%	TJLP a 3,53%
Despesa financeira		(478.354)	(358.935)	(239.516)
Empréstimo em CDI (110,71%)	98.667	CDI a 14,53%	CDI a 10,9%	CDI a 7,27%
Despesa financeira		(14.336)	(10.755)	(7.173)
Empréstimo em CDI (+4%)	1.547.845	CDI a 17,2%	CDI a 12,9%	CDI a 8,6%
Despesa financeira		(266.229)	(199.672)	(133.115)
Aplicações financeiras em CDI (99,92%)	795.129	CDI a 13,03%	CDI a 16,29%	CDI a 19,55%
Receita financeira		103.605	129.527	155.448

Varição negativa Transação	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 2 (variação de 25%)	Cenário 3 (variação de 50%)
Empréstimo em TJLP	6.785.160	TJLP a 7,05%	TJLP a 8,81%	TJLP a 10,58%
Despesa financeira		(478.354)	(597.773)	(717.870)
Empréstimo em CDI (110,71%)	98.667	CDI a 14,53%	CDI a 18,16%	CDI a 21,8%
Despesa financeira		(14.336)	(17.918)	(21.509)
Empréstimo em CDI (+4%)	1.547.845	CDI a 17,2%	CDI a 21,5%	CDI a 25,8%
Despesa financeira		(266.229)	(332.787)	(399.344)
Aplicações financeiras em CDI (99,92%)	795.129	CDI a 13,03%	CDI a 9,77%	CDI a 6,52%
Receita financeira		103.605	77.684	51.842

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, pela sua Administração, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade (vide nota explicativa 7). As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e/ou revisão de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas/ revisadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia possui cobertura de seguros contra responsabilidade civil, com o limite máximo de indenização de R\$ 50.000 e seguro para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$ 500.000, ambos com vigência até fevereiro de 2027.

20. Transações que não afetaram caixa

31/12/2023 31/12/2022

Ativo imobilizado		
Encargos capitalizados (financiamentos)	27.493	29.167
Encargos capitalizados (debêntures)	449.362	408.384
Encargos capitalizados (mútuo)	185.619	153.422
Fianças capitalizadas	9.008	10.440
Rendimentos capitalizados	(19.142)	(11.655)
Provisão para fornecedores (imobilizado)	(10.635)	5.951
Reconhecimento de provisões para riscos capitalizadas	(133)	(839)
Apropriações de despesas antecipadas de seguros capitalizadas	5.248	5.244
Demais áreas		
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(63)	(16.786)
Compensação de Partes Relacionadas a pagar com mútuos a receber	5.413	9.084
Compensação entre contas a pagar e contas a receber	1.773	2.005
Integralização de AFAC	-	100.000

. * * *

Tufi Daher Filho
Diretor Presidente

Edison Pinto Coelho
Diretor de Planejamento e Engenharia

Humberto Augusto Mota da Silva
Diretor de Relação com Investidores e Diretor de
Administração e Finanças

Marcelo Cunha Ribeiro
Conselheiro

Meg Sarkis Simão Rosa
Conselheira

Bruno Tetner
Conselheiro

Arno Schwarz
Conselheiro

Marcelo Cicerelli Silva
Conselheiro

Yoshiaki Nakano
Conselheiro

Leandro Noronha Almeida
Conselheiro

Glauton Fernandes Guimarães
CRC CE nº 026220/O-3
Contador Responsável